

**Edital de Licitação
Pregão Eletrônico nº 07/2018 – Fundação Araucária**

A **FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado de utilidade pública, integrante da Administração Indireta do Governo do Paraná, criada pela lei 12.020/1998, inscrita sob o CNPJ nº 03.579.617/0001-00, com sede à Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Cep. 80215-090, Curitiba, Paraná, por intermédio de um dos pregoeiros designados pelo Ato da Diretoria nº 071/2018 de 27 de agosto de 2018, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público aos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, regido pela Lei n. 15.608/07-PR, Lei n. 10.520/2002, Decreto n. 3.555/2000, Decreto n. 5.450/2005, Decreto n. 5.504/2005, Lei Complementar n. 123, demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei n. 8.666/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para a realização deste certame, serão utilizados recursos da Internet centralizados no Banco do Brasil S/A, que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances das empresas licitantes, com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na Internet, utilizando-se de chave de criptografia de 128 bits.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por empregado da Fundação Araucária, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Licitações-e constante da página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

2 OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto selecionar a melhor proposta para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE VALE REFEIÇÃO PARA OS COLABORADORES DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA**, por meio de **cartões eletrônicos personalizados e com chip de segurança**, em quantidades e frequências variáveis, de acordo com as necessidades da Fundação, na forma definida pela legislação pertinente e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego, que regulamentam o PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** e de acordo com as especificações constantes no ANEXO I do Edital.

2.2 O preço máximo para a Taxa de Administração da prestação do serviço é de R\$ 0,00 (zero reais).

§1º O preço proposto será representado pela **Taxa de Administração** sobre o lote único, expressa em real R\$, o qual deverá incidir sobre o valor total mensal dos créditos disponibilizados aos usuários, **vedada a taxa de administração negativa, nos termos da Portaria MTB nº 1287/17**.

2.3 Em hipótese alguma serão aceitas propostas iniciais, no sistema Licitações-e, cujos preços se mostrem superiores aos preços fixados para o lote da presente licitação.

2.4 As quantidades e valores estimados envolvidos na contratação são os seguintes: Valor de face dos vales: **R\$ 22,00 (vinte e dois reais)/dia; R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais)/mês**,

considerando-se uma média de **22 (vinte e dois dias úteis)**, para até 50 funcionários/estagiários/bolsistas da Fundação Araucária, por um período de 12 meses, podendo ser renovado a critério da administração da Fundação.

2.5 A despesa estimada é de **R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)** para 12 (doze) meses de contratação.

2.6 A critério da Fundação Araucária, os valores e/ou as quantidades ora informadas poderão ser alteradas, devendo permanecer constante a Taxa de Administração cobrada pela licitante eventualmente contratada pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

2.7 As quantidades e valores acima descritos constituem-se em **mera previsão para o período inicial de vigência do contrato**, não estando a Fundação Araucária obrigada a realiza-los em sua totalidade, não cabendo à licitante eventualmente contratada o direito de pleitear qualquer tipo de indenização nesse sentido.

2.8 As especificações quanto aos Cartões, Recarga, Estrutura de Atendimento, Rede Credenciada e demais condições estão relacionadas no Anexo I deste Edital.

3 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos previstos em Lei.

3.2 O início do fornecimento do serviço dar-se-á a partir de 29 de outubro de 2018.

4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

4.1 A LICITANTE deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

- **RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: às 10:00 horas do dia 02 de outubro de 2018.**
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 02 de outubro de 2018.**

4.2 Todas as referências de tempo/real no sistema Licitações-e, no aviso e durante a sessão pública de lances observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa à licitação. Nas demais referências, constará o horário de Curitiba/PR.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os RECURSOS FINANCEIROS para fazer frente à realização das despesas vinculadas ao EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 07/2018 estão previstos no elemento econômico Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Deverão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividades em consonância com o objeto do Edital, estabelecidas no país, que satisfaçam as seguintes condições:

6.2 Apresentar os documentos necessários à habilitação em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou conferido com o original por empregado da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA que realize o **EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2018**.

6.3 Não poderá participar da licitação, empresa ou firma:

- a) em processo falimentar, em dissolução ou liquidação de sociedade;
- b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) estrangeiras sem filiais no Brasil;
- d) que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;
- e) que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988);
- f) que possua em seu quadro societário, para os efeitos do Art. 20, Lei Federal 12.465/2011, [Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:], inciso XII [- pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhado. E da Lei Federal nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências", sócio gerente, com poderes de gestão, direta ou indiretamente, empregado ou dirigente da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, ou vinculado ao ente disponibilizador dos recursos financeiros, da Administração Pública, Direta ou Indireta da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, ou que tenha interesses institucionais, ressalvados os permissivos legais. Em se tratando de Sociedade Anônima, ser Presidente, Vice-Presidente e/ou qualquer outro cargo de Direção, Diretor Suplente ou Membro do Conselho de Administração;
- g) Pessoa jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratada de outro licitante.

7 DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1 Consultas:

Caso surjam dúvidas com relação ao conteúdo do Edital, o Proponente poderá consultar a Fundação Araucária por escrito, seguindo uma das seguintes modalidades:

- a) Por e-mail: fernanda@fundacaoaraucaria.org.br
- b) Por correio: Avenida Comendador Franco 1341, CEP 80.215-090, Curitiba – Pr.

7.1.1 Os pedidos de consulta deverão chegar à Fundação Araucária/Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data limite para o Recebimento das Propostas.

7.1.2 Caso a Fundação Araucária venha emitir suplementos ao Edital serão disponibilizados somente no **sítio www.fappr.pr.gov.br**, através da opção "Licitações". Serão incluídas mensagens de avisos no Sistema Licitações-e do Banco do Brasil.

7.1.3 É de responsabilidade do Proponente manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o Edital, por meio de consulta permanente ao sitio acima, na opção "Consultar Mensagem", não cabendo a Fundação Araucária a responsabilidade pela não observância desse procedimento.

7.1.4 No caso de esclarecimentos sobre o Edital, a resposta da Fundação Araucária não identificará a fonte que solicitou e a disponibilizará a todos conforme item 7.1.2 acima.

7.1.5 Não deverão ser considerados pelos Proponentes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.

7.2 Impugnação:

- a) Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a Abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, protocolizando pedido original na Fundação Araucária, sito à Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Cep. 80.215-090, Curitiba, Paraná, no horário das 8h00 às 12h e das 13h00 às 17h00.

7.2.1 Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7.2.2 Não serão conhecidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

8 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 Todo o certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os trabalhos da equipe de apoio.
- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame e abrir as propostas de preços.
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas.
- d) Desclassificar propostas, indicando os motivos.
- e) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço.
- f) Verificar a habilitação da licitante classificada com o lance de menor preço.
- g) Declarar o vencedor.
- h) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.
- i) Elaborar a Ata da sessão.
- j) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar.
- k) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

9 CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-e DO BANCO DO BRASIL

9.1 Para acesso ao Sistema de Licitações, as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País. Para tanto, a empresa interessada deverá fazer o seu pré-cadastramento por meio da Internet ou diretamente numa agência do Banco do Brasil S/A. No caso de pré-cadastramento via Internet, a interessada deverá acessar o endereço www.licitacoes-e.com.br, clicar na opção Solicitação de Credenciamento no **Licitações-e**, preencher os formulários constantes do mesmo, imprimir o Termo de Adesão ao Regulamento e o Termo de Nomeação do Representante, que, após assinados, deverão ser entregues em qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

9.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema **Licitações-e**.

9.3 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa licitante, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.4 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificada.

9.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário representante da empresa licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA ou ao Banco do Brasil S/A, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6 O credenciamento da empresa licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

10 PROCEDIMENTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

10.1 Os proponentes deverão inserir suas propostas iniciais no sistema **Licitações-e**, durante o período definido neste Edital como "Acolhimento de Propostas". Ao enviar sua proposta, a empresa licitante deverá confirmar, em campo específico do sistema, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação exigidos no presente Edital, que corresponderá, inclusive, à indicação automática de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988).

10.2 Findo o período de recebimento das propostas, a partir do horário previsto no sistema, terá início à fase de "Abertura das Propostas", momento no qual o pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital.

10.3 Após a fase de Classificação das Propostas, o pregoeiro dará sequência ao Pregão Eletrônico, passando para a fase da "Sessão Pública", da qual só poderão participar os proponentes que tiveram suas propostas classificadas. Os proponentes deverão consultar a classificação/desclassificação de suas propostas no endereço: <http://www.licitacoes-e.com.br>

10.3.1 A partir do horário previsto no Edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital.

10.3.2 Na fase da Sessão Pública, os proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os proponentes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3.3 Os licitantes poderão encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado na sala de disputa, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote, ou seja, o licitante poderá disputar os 2º, 3º lugares se houver.

10.3.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.3.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

10.3.6 O proponente não poderá desistir dos lances ofertados, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei n. 10.520/02.

10.4 A duração da etapa de lances será de acordo com a publicação na página do sistema **Licitações-e**. Ao término do tempo normal estipulado, o sistema emitirá um aviso na tela e um letreiro intermitente alertará para o encerramento, a qualquer instante, da disputa: inicia-se assim, o tempo extra no modo randômico (aleatório), que pode variar de 1 (um) segundo a 30 (trinta) minutos.

10.4.1 O tempo randômico é gerado pelo sistema, não sendo possível ao pregoeiro a sua administração.

10.5 Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. Na tela será emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem as empresas licitantes.

10.6 Facultativamente, o pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente a empresa licitante que tenha apresentado o lance de menor preço.

10.6.1 Mesmo com o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro, o sistema emitirá tempo extra aleatório, conforme prevê o item 10.4.

10.7 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.8 Ocorrendo empate será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte.

10.8.1 Entende-se por empate situações em que os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

10.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior a melhor proposta de preços ofertada na Sessão, situação em que o **PREGOEIRO** concederá um prazo de até 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, para que a empresa beneficiada apresente novo lance, o qual será declarado sua melhor oferta;

10.10 Não sendo apresentado novo lance, conforme item 10.9, ou caso a empresa beneficiada venha a ser desclassificada no certame, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, desta maneira o **PREGOEIRO** irá estabelecer uma data e horário, no qual a empresa beneficiada deverá estar conectada no Chat de mensagens no sistema **Licitações-e**, oportunidade em que o **PREGOEIRO** concederá o prazo de até 5 (cinco) minutos, para que a empresa beneficiada apresente novo lance.

10.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Proponentes pelo período de 10 minutos para recepção dos lances. Findo este tempo, o sistema colocará a disputa suspensa automaticamente, sendo retomado do ponto onde parou tão logo o Pregoeiro retorne a sala, sem prejuízo dos atos realizados.

10.11.1 Caso ocorra a suspensão, os Proponentes deverão consultar no site a opção “Mensagens” onde o Pregoeiro informará seu retorno.

10.12 Os Proponentes, a qualquer momento, depois de finalizado o lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro, via Sistema, acessando a sequência “Relatório de Disputa” para cada lote disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Essas opções estarão disponíveis até o Pregoeiro declarar o vencedor do lote. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

10.13 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, o resultado final desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná Comércio Indústria e Serviços.

11 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1 A empresa licitante, ao inserir sua proposta no sistema **Licitações-e**, através do sítio “www.licitacoes-e.com.br”, informará:

- a) Especificações do objeto. (**O NÃO ATENDIMENTO DESTE ITEM IMPLICARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**).
- b) Quando o espaço disponível no campo “Informações Adicionais” não for suficiente para as **especificações**, o licitante, sem identificar-se, deverá **OBRIGATORIAMENTE** ratificar e/ou complementar as informações através do envio eletrônico de arquivos em formato texto/planilha, utilizando-se da opção “Anexos da Proposta”. (**O NÃO ATENDIMENTO DESTE ITEM IMPLICARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**).
- c) As empresas licitantes deverão apresentar a proposta inicial no sistema Licitações, devendo **CONSIDERAR O VALOR GLOBAL DO LOTE, OU SEJA, PARA TODOS OS OBJETOS QUE FAZEM PARTE DO LOTE, OBSERVADO O VALOR MÁXIMO DEFINIDO DO LOTE.**

11.2 A empresa licitante inserirá as especificações do objeto através do Formulário Eletrônico da Proposta – o formulário é disponibilizado para as empresas licitantes ao efetuarem o “Acesso Identificado” no sítio www.licitacoes-e.com.br –, devendo ser observada a data limite para o recebimento das propostas eletrônicas constante no item 4 e seus subitens.

11.3 A empresa licitante deverá dispor das especificações completas do objeto, gravadas em meio magnético (CD, dentre outros) ou impressas, devendo enviá-las imediatamente, caso o pregoeiro, ao fazer a abertura das propostas, assim o determine, preferencialmente via e-mail: fernanda@fundacaoaraucaria.org.br.

11.4 Ao pregoeiro é facultada a realização de diligências para obtenção de qualquer esclarecimento sobre os bens e/ou serviços que se fizerem necessários.

11.5 O pregoeiro, para a realização das diligências, também poderá utilizar o recurso “MENSAGENS”, disponível no sistema **Licitações-e** do sítio www.licitacoes-e.com.br e acessível a todos os interessados.

11.5.1 O não atendimento das diligências pelos licitantes implicará na desclassificação das propostas.

11.6 Os preços unitários e totais propostos para os itens ofertados, deverão ser expressos em Real (R\$), junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: tributos, seguros, fretes, embalagens adequadas, encargos de qualquer natureza, etc.

11.7 O **prazo de validade da proposta** não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da sessão de abertura desta licitação.

11.8 Caso o prazo estabelecido no item 11.7 não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento. Caso seja informada validade da proposta inferior ao mínimo permitido, bem como constem prazos de entrega superiores ao estabelecido acima, ao pregoeiro é facultada a realização de diligências, e, não sendo alterados esses prazos, desclassificará as propostas dos licitantes.

11.9 Se outras informações se fizerem necessárias, a empresa licitante poderá inseri-las no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta – o formulário é disponibilizado para as

empresas licitantes quando efetuam o "Acesso Identificado" no sítio www.licitacoes-e.com.br –, devendo ser observada a data limite para o recebimento das propostas que consta no item 4 e seus subitens.

11.10 O pregoeiro poderá solicitar a empresa licitante quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento do objeto, tais como planilhas de custos, prospectos/folders, informações relativas ao site na WEB do fabricante do produto ofertado, se houver, dentre outras, sendo que estas deverão ser enviadas, de modo imediato, preferencialmente através do e-mail fernanda@fundacaoaraucaria.org.br.

11.11 Imediatamente após o encerramento da sessão pública de disputa de preços, as empresas licitantes que apresentaram os 03 (três) melhores preços deverão encaminhar, preferencialmente através do e-mail fernanda@fundacaoaraucaria.org.br as planilhas ou proposta com as especificações e os novos preços unitários e totais atualizados dos bens ofertados que compõem o objeto deste certame.

11.12 Caso a empresa licitante que ofertou o menor lance na disputa de preços, não tenha encaminhado as planilhas ou proposta com as especificações e os novos preços unitários e totais atualizados dos bens ofertados imediatamente após o encerramento da disputa, ainda restará a empresa licitante um prazo máximo de 4 (quatro) horas contadas do encerramento da disputa de preços, para encaminhá-la(s) ao **PREGOEIRO**, sendo que o mesmo também poderá solicitar os documentos originais onde a empresa licitante deverá enviá-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da sua solicitação.

11.13 Na ausência das planilhas mencionadas no item 11.12, o pregoeiro poderá efetuar os cálculos dos novos valores, tomando como referência o percentual de desconto ocasionado pela redução dos preços na sessão pública de disputa de preços.

12 COMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTA

12.1 No prazo de **04 (quatro) horas** contadas do encerramento da disputa na etapa competitiva de lances, a **PROPONENTE** que tiver ofertado o menor preço **deverá enviar à Fundação Araucária**, através do e-mail fernanda@fundacaoaraucaria.org.br, **Complementação de Proposta** conforme especificações e condições contidas no **ANEXO II - MODELO DE COMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTA**.

12.2 Os documentos originais da Complementação de Proposta emitida pela PROPONENTE, deverão ser apresentados, na Fundação Araucária, no seguinte endereço: Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Cep. 80.215-090, Curitiba, Paraná, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente, a data de sua aprovação por parte da Equipe da Fundação Araucária.**

12.3 A verificação dos recursos, capacidades e facilidades operacionais disponíveis para o objeto proposto, dar-se-á, também, com base nas informações, catálogos, folhetos e manuais técnicos ou endereço na internet, incluindo especificações físicas e requisitos necessários à instalação, quando for o caso. Para tanto, a PROPONENTE **poderá** informar o endereço na Internet para consulta ou anexar ao complemento da proposta, catálogos, folhetos e manuais técnicos. **Portanto é de inteira responsabilidade da PROPONENTE a comprovação do atendimento as características mínimas**

obrigatórias do objeto, caso contrário e após o prazo para a comprovação, a mesma será automaticamente desclassificada.

12.4 Para consulta das informações técnicas pela internet, a PROPONENTE deverá informar na proposta o caminho completo para a localização das informações.

13 DO JULGAMENTO

13.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela enviada pela empresa licitante que, obedecendo às condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o **"MENOR PREÇO POR LOTE"**.

13.2 - Ocorrendo **empate** entre 02 (duas) ou mais PROPOSTAS iniciais e não havendo lances, ou não sendo estes possíveis, o desempate dar-se-á através de **sorteio** realizado pela Pregoeira em Sessão Pública, cuja convocação será publicada no sítio www.fappr.pr.gov.br, através da opção "Licitações" e serão incluídas mensagens de avisos no Sistema Licitações-e do Banco do Brasil.

14 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

14.1 A licitante detentora da melhor oferta, no prazo de **04 (quatro) horas** contadas do encerramento da disputa na etapa competitiva de lances, deverá encaminhar à Fundação Araucária os documentos de habilitação, através do e-mail fernanda@fundacaoaraucaria.org.br.

14.1.1 Os documentos originais deverão ser apresentados na Fundação Araucária, no seguinte endereço: Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Cep. 80.215-090, Curitiba, Paraná, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente, a data de sua aprovação por parte da Equipe da Fundação Araucária.

14.1.2 A não remessa desses documentos poderá acarretar na desclassificação da mesma.

14.2 Os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à:

14.2.1 Habilitação Jurídica, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, e **última alteração contratual (ou consolidação)**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, em caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Cópia do RG e CPF dos responsáveis pela empresa.
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

14.2.2 Qualificação Econômico-Financeira, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de Ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede ou pelo Fórum da Comarca da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura desta licitação.
- b) Comprovar Capital Social Integralizado ou patrimônio líquido em valor mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, isto é, valor do LOTE que irá participar, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 8.666/93 e artigo 77, parágrafos 2º e 3º da Lei Estadual nº 15.608/07. Esta comprovação poderá ser através da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial.
- c) Certidão Simplificada da Junta Comercial.
- d) No sentido de comprovar a situação patrimonial da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto desta licitação, apurada segundo os seguintes parâmetros, já corroborados pelo Tribunal de Contas da União:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,00 apurados pelo quociente:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não circulante}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

14.2.2.1 O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

14.2.3 Regularidade Fiscal, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB n.º 03, de 2/5/2007.**)
- b) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.;
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedido gratuita e eletronicamente (www.tst.jus.br), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

- d) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Alvará de funcionamento da Empresa.

§1º As certidões deverão estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade as mesmas deverão ser emitidas com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas desta licitação.

14.2.4 Qualificação Técnica, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) **ANEXO III** - Modelo de Declaração para fins de habilitação.
- b) **ANEXO IV** - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação deste Edital.
- c) **ANEXO V** – Modelo de Declaração de Idoneidade
- d) **ANEXO VI** - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso.
- e) Pelo menos 01 (um) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a arrematante forneceu de forma satisfatória serviço compatível com o objeto da presente licitação.
- f) **CERTIDÃO DE CREDENCIAMENTO** fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, comprovando o registro da Empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), ou outro documento equivalente emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos Termos da Portaria nº 03, de 01/03/02, Decreto Federal nº 5, de 14/01/91.

§1º O Pregoeiro poderá consultar a Situação Cadastral de Fornecedores, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, nos termos do **Decreto Estadual n.º 5980 de 22/12/2009**, disponível no endereço eletrônico: www.comprasparana.pr.gov.br para verificar registros de inadimplências e sanções aplicadas.

14.3 Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio, realizar consultas *on-line* via internet, para verificar a sua autenticidade.

14.4 Os documentos referidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório, ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor, sendo que o Pregoeiro se julgar necessário, poderá verificar a sua autenticidade e veracidade. Documentos, em original ou cópia autenticada, apresentados pela publicação no diário oficial da União serão aceitos.

14.5 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

14.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem ao item 14.2.4.

14.7 Documentos com validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, exceto para aquelas prerrogativas indicadas em Lei.

14.8 No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 43 § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterado pela Lei Complementar 155/2016, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (item 14.2.3, alíneas "a" a "f"), o(a) Pregoeiro(a), concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o(a) Pregoeiro(a) declarar o proponente vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Para tanto, deverá ser encaminhada declaração no **Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO VI)**.

15 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

15.2 As impugnações somente serão recebidas se protocoladas em sua via original, na sede da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, no horário de expediente (08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h).

15.2.1 Na impugnação deverá constar o nome e a qualificação completa da empresa e a assinatura do representante legal, bem como estar anexado cópia autenticada de documento concedendo poderes a quem subscreva a impugnação.

15.2.2 Via da impugnação, encaminhada ao e-mail do pregoeiro/coordenador, será recebida desde que também sejam observados os termos constantes nos itens 15.1 e 15.2. Caso a via original da impugnação não seja entregue até o prazo limite de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, implicará a preclusão do direito de impugnar.

15.3 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

15.4 Se procedente e acolhida à impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

16 DOS RECURSOS

16.1 A intenção de interpor **RECURSO** somente poderá ser promovida via sistema, depois de **DECLARADO O VENCEDOR** da disputa pelo pregoeiro. O sistema aceitará a intenção da empresa licitante, inicialmente, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. As empresas licitantes desclassificadas na fase de "Abertura de Propostas" também poderão manifestar a intenção de interpor recurso naquele momento.

16.1.1 Caso haja interesse da empresa licitante em interpor recurso, esta, motivadamente, poderá manifestar sua intenção nesse momento, clicando em "Recurso" e registrando a síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao recorrente o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação das razões de recurso, no seu original, ficando as demais empresas licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que

começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.1.2 A falta de manifestação da intenção de interpor recurso conforme item **16.1**, implicará a decadência do direito da empresa licitante.

16.2 Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, no endereço sito a Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Cep. 80.215-090, Curitiba, Paraná, em dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

16.3 Os **recursos e as contra-razões** deverão ser dirigidos ao Representante da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, por intermédio do pregoeiro, devendo ser observado:

- a) À apresentação do seu original, será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada no sistema LICITAÇÕES-e;
- b) Conter o nome e qualificação completa da licitante e seu representante legal;
- c) A legitimidade recursal;
- d) Interesse recursal;
- e) A fundamentação;
- f) O pedido de nova decisão;
- g) Cópia autenticada de documento concedendo poderes a quem subscreva o recurso ou as contra-razões.

17 DO RECEBIMENTO DOS BENS

17.1 Os Cartões-Refeição deverão ser entregues na sede da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, situada à Av. Comendador Franco, nº 1341, Jardim Botânico, Curitiba/PR, no prazo de 07 (sete) dias úteis contados da data do recebimento dos pedidos.

17.2 Quando entregues, os cartões serão examinados/conferidos, para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade e perfeito funcionamento, resultando no recebimento definitivo no prazo de até 05 (cinco) dias corridos de sua entrega.

18 DAS PENALIDADES

18.1 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela empresa licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para emissão do Contrato/Ordem de Fornecimento, se concluída a fase licitatória.
- b) Cancelamento do Contrato/Ordem de Fornecimento.
- c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** ou **IMPEDIMENTO** de **LICITAR** e **CONTRATAR** com a CONTRATANTE por prazo não superior à 05 (cinco) anos, bem como informar os ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA da aplicação das penalidades para todos os efeitos.

18.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, sem justificativa aceita pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Expirado o prazo de entrega, iniciar-se-á a aplicação de multa de **0,2%** (zero virgula dois por cento) por dia de atraso limitado a **3%** (três por cento), incidente sobre o valor total do Contrato/Ordem de Fornecimento, salvo se solicitada e deferida a entrega fracionada pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, hipótese em que a incidência observará o montante porventura inadimplido. Atingido o limite de 3% (três por cento) considerar-se-á como inexecução total do instrumento.
- c) Pela inexecução total do instrumento (Contrato/Ordem de Fornecimento ou Termo de Garantia), a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA aplicará ao FORNECEDOR multa de 100% (cem por cento) sobre o montante ora inadimplido sem prejuízo as penalidades, previstas no artigo 153 da Lei Estadual nº 15.608/07, na Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Federal nº 3.555/00.
- d) A recusa injustificada do FORNECEDOR, em assinar o Contrato/Ordem de Fornecimento dentro do prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da confirmação de recebimento, caracterizará a inexecução total do contrato.

18.3 As multas dispostas nas alíneas “b”, “c” e “d” não impedem que a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA cancele o Contrato/Ordem de Fornecimento e aplique as outras sanções previstas em lei.

18.4 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização da empresa licitante contratada por eventuais perdas e danos causados a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

19 DO PAGAMENTO

19.1 A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor total mensal dos serviços prestados.

19.2 Na Taxa de Administração de serviços que constituirá a única e completa remuneração para os serviços objeto deste contrato, estão computados todos os custos e despesas, nada mais podendo a CONTRATADA, pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

19.3 Os pagamentos serão efetuados através de **Depósito Bancário** em favor da empresa licitante contratada.

19.4 Os pagamentos serão efetuados até o quinto dia útil, a contar do primeiro dia útil seguinte à data de comprovação do crédito nos cartões, com o devido aceite pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, seguindo os seus procedimentos internos, **exclusivamente mediante depósito em conta-corrente bancária específica do emitente da nota fiscal**, vedada qualquer outra modalidade de cobrança. A empresa licitante contratada deverá apresentar notas fiscais próprias discriminando as quantidades efetivamente fornecidas.

19.5 As notas fiscais que não estiverem corretamente formuladas deverão ser devolvidas dentro do prazo de sua conferência à empresa licitante contratada, e o seu tempo de tramitação desconsiderado.

19.6 Somente será realizado o depósito em conta-corrente da empresa licitante contratada, após a apresentação das notas fiscais com atesto da área responsável pelo recebimento dos materiais.

19.6.1 A área técnica somente atestará e liberará as notas fiscais para pagamento quando cumpridas pela empresa licitante contratada todas as condições pactuadas.

19.7 A empresa licitante contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.8 Junto ao corpo da nota fiscal é recomendado que a empresa licitante contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

20 DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Ao pregoeiro ou a autoridade superior é facultado em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer, ou complementar a instrução do processo, inclusive solicitar a apresentação dos originais de planilhas ou propostas de preços que forem encaminhadas via sistema Licitações-e, e-mail, ou de outros documentos que julgar necessários, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, em prazo razoável, ficando a empresa licitante que não atendê-las sujeita à desclassificação ou inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estipuladas neste edital.

20.2 A empresa licitante contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

20.3 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas licitantes, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

20.4 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às de outras empresas licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista, tal como proposta alternativa.

20.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as empresas licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário do Estado do Paraná, Comércio, Indústria e Serviços.

20.6 A empresa licitante contratada fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da contratação, salvo se houver prévia autorização da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

20.7 É vedada a subcontratação no todo ou em parte de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, sem prévio consentimento por escrito da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

20.8 Havendo aquisição de bens, equipamentos, produtos, acessórios, etc, pela empresa licitante contratada para o cumprimento do objeto, fica desde já estipulado que não poderá se dar por meio de Reserva de Domínio, permitido a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA recorrer à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

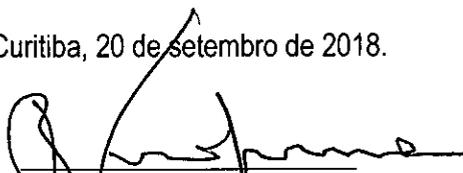
20.9 Quaisquer esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da presente licitação poderão ser obtidos junto a Unidade de Aquisições da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, no endereço constante do preâmbulo do edital, pelo telefone 41) 3218-9269, em dias úteis, no período das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou através do e-mail fernanda@fundacaoaraucaria.org.br.

20.10 Anexos do Edital:

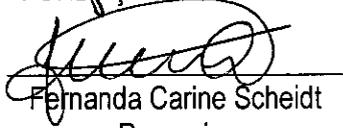
- a) Termo de Referência **(ANEXO I)**
- b) Modelo de Carta Proposta **(ANEXO II)**
- c) Modelo de Declaração para fins de habilitação **(ANEXO III)**
- d) Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação **(ANEXO IV)**
- e) Modelo de Declaração de Idoneidade **(ANEXO V)**
- f) Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte **(ANEXO VI)**
- g) Modelo de Contrato **(ANEXO VII)**

20.11 As questões decorrentes do presente **instrumento**, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum do Estado do Paraná, no Foro da cidade de Curitiba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 20 de setembro de 2018.



Paulo Roberto Slud Brofman
Presidente
FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA



Fernanda Carine Scheidt
Pregoeira
FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA